AM (5)

miranda do douro
câmara municipal

PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PAF - 2014

Largo D. João III
5210-190 Miranda do Douro
Telefone: 273 430 020
Fax: 273 431 075
www.cm-mdouro.pt
E-mail: geral@cm-mdouro.pt

Índice

1. INTRODUÇÃO 2

2. MEDIDAS DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E PAEL 3

3. IMPACTOS FINANCEIROS DAS MEDIDAS PRECONIZADAS NO PAF 4

4. EXECUÇÃO DA RECEITA 6

5. EXECUÇÃO DA DESPESA 6

6. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO 8

7. ENDIVIDAMENTO 9

8. ACOMPANHAMENTO DO PAF PELA DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAL (DGAL) 10

9. DISPOSIÇÕES FINAIS 10

1. Introdução

A Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (LFL) e o Decreto-Lei nº 38/2008, alterado pelo Decreto-Lei nº 120/2012, de 19 de junho, foram revogados, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014 pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, introduzindo alterações nas regras que se aplicam aos municípios em situação de saneamento financeiro e de recuperação financeira municipal.

Contudo, o artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que "***para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho***".

A Assembleia Municipal, sob proposta da reunião do órgão executivo realizada no dia 28/09/2012, deliberou aprovar um Plano de Saneamento Financeiro e aderir, em simultâneo, ao Programa de Apoio à Economia Local, nos termos do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março e nos termos da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, respetivamente.

Considerando que a operação foi conjunta, foi utilizada como metodologia para a elaboração das medidas propostas para o Município recuperar do desequilíbrio conjuntural, as constantes na Portaria nº 281-A/2012, de 14 de setembro, diploma que regulamenta o Programa de Apoio À Economia Local – Programa II, doravante designado por PAEL, incluindo-se este na operação de Saneamento Financeiro.

Em reunião da Câmara realizada no dia 27 de fevereiro de 2013 foi deliberado retificar o Plano de Saneamento Financeiro que inclui os Quadros a que alude a Portaria nº281-A/2012, de 14 de setembro – Programa II, tendo a retificação do Plano de Saneamento que inclui o PAEL sido aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de fevereiro de 2013. A aprovação dos Planos impunha a contratação de duas linhas de crédito de médio e longos prazos, ao abrigo do Saneamento Financeiro e ao abrigo do PAEL.

No saneamento financeiro estava prevista uma linha de crédito bancário a médio e longo prazos no valor de 2.351.671,39 €, pelo período de 12 anos, com um ano de carência, tendo sido contratados os seguintes empréstimos, que obtiveram visto do Tribunal de Contas em 11/04/2013:

a) Caixa Geral de Depósitos no valor de 1.175.835,69 €,

b) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Miranda no valor de 1.175.835,70 €.

Para o PAEL estava prevista uma linha de crédito de médio e longo prazos de 2.031.709,13 €, pelo período de 14 anos, sem completar períodos de carência, contratada com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que obteve o visto do Tribunal de Contas em 8/03/2013.

A Direção-Geral do Tesouro e Finanças libertou o produtos do empréstimos em dois desembolsos, de 1.422.196,39 € e de 606.932,74 €, perfazendo o valor de 2.029.129,13 €. Ficaram 2.580,00 € por desembolsar atendendo que não foi possível/contatar um dos fornecedores que fazia para da lista de pagamentos.

As linhas de crédito disponibilizadas pelas Entidades Bancárias foram utilizadas na íntegra.

2. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro e PAEL

Para a recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro a Câmara Municipal de Miranda do Douro propôs-se implementar um conjunto integrado e coerente de medidas.

As medidas agregaram-se em três eixos de atuação: eficiência organizacional, economia e redução da despesa e aumento da receita.

O Quadro seguinte avalia o grau de implementação das medidas preconizadas no PAF.

Medidas		Execução		Observações
Nº	Eficiência organizacional;	Implementada	Não Implementada	
1	Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas, designadamente conformação com o estabelecido na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto até 31 de dezembro de 2012.	X		A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal. A reorganização foi publicada no D.R., II série, nº 8 de 11/01/2013
2	Implementação do Sistema de Contabilidade Analítica e função controlo de gestão;	X		Pese embora implementada ainda não esta a funcionar na íntegra. Apenas se imputam diretamente às atividades a Matéria-Prima.
3	Reforçar a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela reavaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes;	X		Em fase de desenvolvimento, quer o Balção do Empreendedor, quer a desmaterialização dos procedimentos internos.
4	Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2013 (aplicável a 2014);		X	Na elaboração do Orçamento para 2014 e 2015, foi utilizada de forma incipiente esta metodologia, pelo que não se pode dizer que a mesma se encontra implememtada.
5	Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização, pelo que, enquanto esta não se verifique, não devem as mesmas concorrer para o financiamento definido, ou seja, a receita inerente não deverá constar das previsões iniciais do Orçamento da Receita. Os investimentos que tenham por pressuposto aquela fonte de financiamento poderão ser listados no PPI com financiamento não definido até aquela condição se verificar;	X		Não houve alienação de bens de investimento.
6	Concomitantemente, a previsão da despesa de investimento em cada exercício deve ser limitada ao valor global da receita de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), acrescido do eventual financiamento comunitário que lhe esteja ou venha a estar consignado, líquido do serviço da dívida (capital).	X		Atendendo à impossibilidade de aplicação desta medida devido às alterações da Repartição do FEF, posteriores ao PAF, pode dizer-se que se encontra implemetada. O FEF de Capital é de 602.901,00 €, inferiores às amortizações de empréstimos de médio e longo prazos (1.130.337,96€).

Medidas		Execução		Observações
Nº	Economia, redução da despesa;	Implementada	Não Implementada	
7	Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com imposição de redução da rubrica "outros serviços", nomeadamente decréscimo de 10% sobre as despesas correntes daquela natureza em 2013 e decréscimo de 5% em 2014 e 2015;		X	O valor executado em 2014 (1.335.376,28 €) é superior ao previsto no PAF (560.510,49 €).
8	Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes operada designadamente pela CIM Trás-os-Montes;		X	Não foram desencadeados procedimentos de agregação de necessidades.
9	Redução e racionalização de consumos: a. N.º de minutos de comunicações (fixas e móveis); b. M3 de água consumida; c. Litros de combustível; d. M3 de gás; e. Kw/hora de energia elétrica;	X		Efetuam-se procedimentos públicos de aquisição de serviços de telecomunicações, eletricidade, combustíveis e gás. Relativamente ao consumo de água a medida não pode ser avaliada, atendendo que não foram colocados contadores de água para os autoconsumos da entidade.
10	Implementação (conclusão) do Plano de Eficiência Energética, com consequente redução da factura em 10% em 2013 e 5% em 2014;	X		Parcialmente implementada, com uma candidatura aprovada para a redução dos custos com a iluminação pública. A candidatura ainda não entrou na fase de execução física.
11	Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros, nomeadamente decréscimo de 50 % em 2013 (comparado com 2011), e 5% até 2020 mantendo-se congelados a partir desse ano;		X	Os subsídos e transferências concedidos ultrapassaram o valor previsto no PAF.
12	Redução do número de colaboradores no Município - a presente medida consiste na entrada de 1 colaborador por cada 2 saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação, prevendo-se 62 saídas até 2026 e 31 entradas;	X		Saídas de 2013 = 34, entradas = 11. Saídas em 2014 = 10 e entradas = 5.
13	Redução do nível de despesa nas rubricas de Horas Extraordinárias e Ajudas de Custo em 15 % em 2014 e redução de 2,5% até 2020, mantendo-se constante nos exercícios seguintes;		X	O valor executado em 2014 (57.526,17 €) é superior ao previsto no PAF (46.715,86€).
14	Elaborar um Plano de Rentabilização do Património Municipal (alienação, concessão, arrendamento, ...). A implementação da presente medida implica a inventariação do património imóvel do domínio público e privado, abrangendo os direitos a eles inerentes do Município, destinando-se a assegurar o pleno conhecimento dos referidos bens imóveis.	X		Parcialmente implementada. Os bens imóveis do domínio privado encontram-se inventariados e os de domínio público parcialmente inventariados.

Medidas		Execução		Observações
Nº	Aumento da receita:	Implementada	Não Implementada	
15	Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município, estimando-se um incremento de receita (impostos indiretos e taxas) de 10% em 2013 e 5% em 2014;	X		Sessão de Assembleia Municipal de 05/11/2013, publicado no D.R., II Série de 31/12/2013.
16	Fixação dos preços cobrados pelo Município nos setores do saneamento, água e resíduos, nos termos definidos nas recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) aproximando-se gradualmente, num horizonte de 5 anos, dos preços de sustentabilidade.	X		Parcialmete implementada. Alteração das tarifas com Publicação no D.R., nº 48 de 7 de março de 2012. Atulaização do tarifário em 2% na Reunião de Câmara do dia 15/12/014. No PAF a tualização prevista era de 20%.

3. Impactos financeiros das Medidas Preconizadas no PAF

Considerando o conjunto de medidas a que o Município de Miranda Do Douro se propôs implementar e/ou cumprir, objetivando a recuperação da sua sustentabilidade financeira, constata-se que no final do ano de 2014, em quase todas as medidas resultaram impactos financeiros negativos, compensados pelos aumento das receitas com impostos diretos e rendimentos de propriedade.

Contudo e como se pode constatar no Quadro II em anexo, o saldo (Receita-Despesa) no final de 2014 apresenta-se com um desvio positivo em 221.256,38 € em relação ao Previsto no PAF.

O Quadro seguinte avalia o grau de cumprimento/incumprimento dos impactos financeiros previstos no PAF.

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	Valor Previsto No PAF	Valor Executado	Desvio face ao previsto	Data de Implementação	Justificação dos Desvios/Observações
B.1 Aumento da receita						
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	579.272,02	602.670,77	23.398,75		Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para os anos de 2012 a 2014
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-01-2013	118.017,87	81.595,40	-36.422,47	Sessão de Assembleia Municipal de 05/11/2013, publicado no D.R., II Série de 31/12/2013.	Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para os anos de 2012 a 2014.
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita						
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis						
3.2 - Actualização das Rendas de Edifícios Municipais						
... discriminar cada medida numa linha						
Total Aumento de receita (B.1)		**697.289,89**	**684.266,17**	**-13.023,72**		
B.2 Redução da despesa						
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01-01-2013	207.808,57	316.332,00	-108.523,43	Implementação Continua.Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,796) e de rendimentos de propriedade (510.853,346)	Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa		**5.019.312,76**	**6.911.262,54**	**-2.101.025,05**		
5.1 Limitação do crescimento da rubrica "Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria"	01-01-2013	560.510,49	1.335.376,28	-808.273,70	Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,796) e de rendimentos de propriedade (510.853,346)	Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014
5.2 Redução das transferências para Entidades Terceiras	01-01-2013	187.352,04	394.425,34	-356.286,02	Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,796) e de rendimentos de propriedade (510.853,346)	No PAF esta medida impõe que as despesas com transferências para Entidades terceiras se fixem em 2013 em 50% do valor executado no ano de 2011, reduzindo-se para os anos subsequentes de acordo com o previsto no PAF.
5.3 Redução do n.º de colaboradores (regra 2 por 1)	01-01-2013	2.630.842,17	2.873.570,44	-254.938,72	Pese embora implementada de forma eficaz a medida preconizada, o desvio evidenciado resulta da restituição do subsídio de férias, não previsto no PAF, aumento das taxas contributivas da entidade patronal e de despesas com programas do IEFP, compensados pela comparticipação financeira desta entidade.	Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014
5.4 Redução do volume de horas extraordinárias e ajudas de custo	01-01-2013	46.715,86	57.526,17	-12.416,70	Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,796) e de rendimentos de propriedade (510.853,346)	Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014
5.5 Limitação das despesas de investimento à receita de capital do FEF líquida da amortização de capital do empréstimo de Saneamento e PAEL	01-01-2013	1.353.774,00	1.837.913,11	-484.139,11	Justifica-se com a Receita de capital a título de transferências para investimentos, não prevista em PAF	No PAF esta medida traduz-se em limitar anualmente as despesas de investimento ao valor do FEF capital deduzido do montante das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo. Para o ano de 2014 esse valor em PAF é de 1.353.773,60 €
5.6 Implementação do Plano de Eficiência Energética	01-01-2013	240.118,20	412.451,20	-184.970,80	Parte justifica-se pela alteração da taxa do IVA da eletricidade de 6% para 23%, em vigor em 2011, valores de referência para a elaboração do PAF	Ao valor apurado em 2011 reduz-se em 2013 apenas o impacto previsto na medida para 2013, não acumulando com o impacto previsto para 2012, reduzindo-se nos anos subsequentes de acordo com as medidas preconizadas no PAF
... discriminar cada medida numa linha						
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		**5.227.121,33**	**7.227.594,54**	**-2.209.548,48**		
Total impacte esperado (B.1+B.2)		**5.924.411,22**	**7.911.860,71**	**-2.222.572,20**		

4. Execução da Receita

O quadro seguinte procede à análise da receita, através da comparação entre o valor previsto no PAF para o ano de 2014 com o valor executado.

(Análise da Receita – ano de 2014)

Descrição	Previsão PAF (1)	Execução (2)	Variação (2) - (1)
Receita			
Receita Corrente	**6.365.502,51 €**	**9.082.181,73 €**	**2.716.679,22 €**
01 - Impostos diretos	754.996,44 €	1.177.580,23 €	422.583,79 €
02 - Impostos indiretos	17.925,95 €	22.779,09 €	4.853,14 €
04 - Taxas, multas e outras penalidades	104.661,33 €	59.730,02 €	- 44.931,31 €
05 - Rendimentos de propriedade	568.951,89 €	1.079.805,23 €	510.853,34 €
06 - Transferências correntes	4.302.515,27 €	6.115.622,49 €	1.813.107,22 €
07 - Venda de bens e serviços correntes	577.532,02 €	602.670,77 €	25.138,75 €
08 - Outras receitas correntes	38.919,61 €	23.993,90 €	- 14.925,71 €
Receita de Capital	**2.481.660,00 €**	**1.903.446,11 €**	**- 578.213,89 €**
09 - Venda de bens de investimento			- €
10 - Transferências de capital	2.481.660,00 €	1.900.463,11 €	- 581.196,89 €
12 - Passivos Financeiros	- €	- €	- €
13 - Outras receitas de capital	- €	2.983,00 €	2.983,00 €
Outras Receitas	**- €**	**- €**	**- €**
Receita Orçamental Total	**8.847.162,51 €**	**10.985.627,84 €**	**2.138.465,33 €**

Constata-se pela análise do quadro supra, que a receita arrecada no exercício económico de 2014 ultrapassou a receita prevista no PSF, o que fez que os impactos financeiros negativos das medidas propostas, fossem compensados com este desvio positivo na receita cobrada no exercício de 2014.

5. Execução da Despesa

Conforme se constata no quadro seguinte, relativamente à despesa, verifica-se que houve um aumento de 1.917.208,95 €, relativamente ao valor previsto no PAF.

O desvio apresentado, justifica-se em parte pelas receitas consignadas a Investimentos que não se encontravam Previstas no PAF (480.000,00 € provenientes do Protocolo de Compensação Financeira celebrado com a EDP e 817.562,11 € provenientes de fundos comunitários).

De referir que o Protocolo das Rendas dos Centros Electroprodutores de Energia celebrado entre a EDP e a ANMP, permitiu ao Município arrecadar mais 428.070,25 €, não previstos no PAF e que justifica também parte do desvio evidenciado na execução do PAF em 2014.

(Análise da despesa – Ano de 2014)

Descrição	Previsão PAF (1)	Execução (2)	Variação (2) - (1)
Despesa			
Despesa Corrente	**5.991.046,78 €**	**7.392.096,98 €**	**1.401.050,20 €**
01 - Despesas com pessoal	3.006.182,95 €	3.129.185,83 €	123.002,88 €
02 - Aquisição de bens e serviços	2.516.110,40 €	3.429.586,79 €	913.476,39 €
03 - Juros e outros encargos	233.616,02 €	254.290,64 €	20.674,62 €
04 - Transferências correntes	164.191,03 €	451.457,01 €	287.265,98 €
05 - Subsídios	27.800,00 €	82.320,42 €	54.520,42 €
06 - Outras despesas correntes	43.146,38 €	45.256,29 €	2.109,91 €
Despesa de Capital	**2.515.141,03 €**	**3.031.299,78 €**	**516.158,75 €**
07 - Aquisição de bens de capital	1.146.517,69 €	1.837.913,11 €	691.395,42 €
08 - Transferências de capital	33.479,03 €	63.048,71 €	29.569,68 €
09 -Ativos financeiros	- €	- €	- €
10 - Passivos financeiros	1.335.144,31 €	1.130.337,96 €	- 204.806,35 €
11 - Outras despesas de capital	- €	- €	- €
Despesa Orçamental Total	**8.506.187,81 €**	**10.423.396,76 €**	**1.917.208,95 €**
Saldo (Receita - Despesa)	**340.974,70 €**	**562.231,08 €**	**- 221.256,38 €**

6. Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

Do mapa seguinte, que faz a comparação das dívidas do Município apurada em 31/12/2014 e a prevista no PAF, constata-se um desvio positivo de 27.875 €. Os desvios no valor da dívida de curto prazo e de médio prazo justificam-se com o deslizamento temporal previsto o serviço da dívida.

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO				
Descrição	Valores candidatura (PAF) 2014	Valores Executados 2014	Desvio	Oservação / Justificação
Dívida de Curto prazo	**2.046.020**	**1.793.164**	**-252.856**	
Empréstimos de CP	0	0	0	
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	1.002.202	1.001.034	-1.168	
Outra	**1.043.818**	**792.130**	**-251.688**	
Fornecedores c/c	452.153	288.783	-163.370	
Fornecedores de imobilizado c/c	95.543	0	-95.543	
Estado e Outros Entes Públicos	92.673	38.083	-54.590	
Clientes, contribuintes e utentes	0	53.256	53.256	
Administração autárquica	0	0	0	
Outros credores	403.449	412.008	8.559	
Subtotal Curto prazo	***2.046.020***	***1.793.164***	***-252.856***	
Dívida de Médio e longo prazo	**5.645.039**	**5.931.834**	**286.795**	
Empréstimos	5.645.039	5.931.834	286.795	
No âmbito do PAEL	1.596.343	1.666.785	70.442	Deslizamento do mapa de serviço da dívida atendendo à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)
Outros empréstimos de médio/longo prazo	4.048.696	4.265.049	216.353	Deslizamento do mapa de serviço da dívida atendendo à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)
Outra		0	0	
Fornecedores c/c			0	
Fornecedores de imobilizado c/c			0	
Estado e Outros Entes Públicos			0	
Clientes, contribuintes e utentes			0	
Administração autárquica			0	
Outros credores			0	
Subtotal Médio e longo prazo	***5.645.039***	***5.931.834***	***286.795***	
Total da dívida	**7.691.059**	**7.724.998**	**33.939**	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	***441.533***	***503.347***	***61.814***	
Total da dívida de natureza orçamental	**7.249.526**	**7.221.651**	**-27.875**	

O quadro seguinte demonstra o esforço do Município em diminuir as suas dívidas, já que em termos de execução e por comparação com o ano de 2013, diminuiu 1.856.715,17 €.

Natureza/Ano	2013	2014
Fornecedores c/c (fornecedores de bens e serviços	759.061,79 €	288.782,91 €
Estado	33.057,57 €	0,00 €
Transferências Adm. Autárquica e empresas Interm	154.666,96 €	0,00 €
Fornecedores de Imobilizado (fornecedores de inve	68.373,80 €	0,00 €
Bancos - Curto prazo	0,00 €	0,00 €
Bancos e Estado - médio e longo prazo	8.063.206,33 €	6.932.868,37 €
Total	**9.078.366,45 €**	**7.221.651,28 €**

7. Endividamento

Conforme dito na introdução, e para os Planos de Saneamento e PAEL, aprovados antes da entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, mantêm-se as disposições previstas na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.

Assim e para efeitos de monotorização dos Limites ao Endividamento aplicam-se as disposições previstas na Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro.

Face ao exposto, o quadro seguinte demonstra a posição do Município à data de 31/12/2014, face aos limites ao Endividamento, apurados nos termos da LFL, em que se demonstra que o Município dispõe, para monotorização do PAF, de margem de endividamento face aos limites, tendo recuperado o excesso face ao limite de médio e longo prazo, apurado no ano de 2013, previsto no PAF e aprovado pelo Tribunal de Contas, atendendo que foi nesse ano que se arrecadaram as receitas dos empréstimos, fazendo disparar a dívida de médio e longo prazo.

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO ANO			
Designação		**Montante (€)**	**Observações**
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO		0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA			(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO		6.932.868,37	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO		5.150.394,58	(D) = Passivos financeiros - Activos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		0,00	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		0,00	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		453.281,44	(G) = Endividamento de médio e longop prazo excecionado médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988		0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR		**6.479.586,93**	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR		**4.697.113,14**	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)			
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		**736.375,00**	(K) = 10% do somatório dos impostos directos cobrados em 2012 e dos Fundos Municipais para 2013, com exclusão do Fundo Social Municipal
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		**7.363.750,02**	(L) =Limites ao endividamento Municipal publicados pela DGAL, nos termos da LOE para 2013
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		**9.204.687,53**	(M) = Limites ao endividamento Municipal publicados pela DGAL, nos termos da LOE para 2013
Situação face aos limites			
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	**736.375,00**	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso		(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	**884.163,09**	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	**4.507.574,39**	

8. Acompanhamento do PAF pela Direção-Geral das Autarquias local (DGAL)

Para acompanhamento e monotorização anual do PAEL, a DGAL definiu para preenchimento os seguintes quadros, a remeter até 31 de janeiro do ano seguinte:

- QUADRO I: Síntese da situação financeira e previsões de evolução.
- QUADRO II: Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro.
- QUADRO III: Evolução Previsional da Receita e da Despesa.
- QUADRO IV: Mapa previsional da evolução da dívida de curto, médio e longo prazo e do serviço da dívida de EMLP (Dívida em 31 de Dezembro).

Os mapas acima referidos constam como anexo ao presente relatório, tendo sido remetidos à DGAL e apreciados pelo executivo municipal e Assembleia Municipal no decurso do mês de fevereiro. Nessa altura foi frisado que os mesmos poderiam sofrer alterações, atendendo que nessa data não estavam concluídos os movimentos contabilísticos de fim de exercício.

Com a conclusão desses movimentos, os agora presentes, contemplam já esses movimentos, sofrendo pequenas alterações, apenas no Quadro IV, porque agora já incorpora as contas a pagar que derem entrada no Município no ano de 2015, mas que diziam respeito ao exercício de 2014.

9. Disposições Finais

Ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- **Remeter à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da LFL e nos termos da alínea a) do artigo 12º da Lei 43/2012, de 28 de agosto,
- **Remeter aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, de acordo com o definido no artigo 6º do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março;
- **Enviar à Direção Geral das Autarquias Locais**;
- **Publicar na página de Internet do Município**, após apreciação pela Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 49º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro,
- Incluir cópia, em anexo ao **Relatório e Contas do Exercício de 2014**, para efeitos de cumprimento do nº 7 do artigo 40º da LFL e do nº 2 do artigo 12º da Lei 43/2012, de 28 de agosto.

Miranda do Douro, 7 de abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

(Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr.)

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município: *Miranda do Douro*

Descrição	2011	2012 total	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	*Valores estimados PAF* 2013	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	31-12-2014 *Valores estimados PAF* 2014	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	471.642,38	239.680,51	239.680,51	**0,00**		564.191,76	564.191,76	**0,00**		1.717.893,87	716.311,84	**-1.001.582,03**	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	674,04	**674,04**		0,00	0,00	**0,00**	
A3. Receita efetiva	**11.199.181,12**	**11.085.483,10**	**11.085.483,10**	**0,00**		**10.633.996,16**	**10.207.043,81**	**-426.952,35**		**8.847.162,51**	**10.985.627,84**	**2.138.465,33**	
A3.1. Receita corrente	6.083.905,79	6.692.543,13	6.692.543,13	**0,00**		6.713.535,98	8.149.206,76	**1.435.670,78**		6.365.502,51	9.082.181,73	**2.716.679,22**	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	5.115.275,33	4.392.939,97	4.392.939,97	**0,00**		3.920.460,18	2.057.837,05	**-1.862.623,13**		2.481.660,00	1.903.446,11	**-578.213,89**	
… da qual													
A3.2.1. Venda de bens de investimento	23.460,00	20.250,00	20.250,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A4. Despesa efetiva	**11.414.160,03**	**9.386.658,03**	**9.386.658,03**	**0,00**		**12.735.786,22**	**13.391.912,15**	**656.125,93**		**7.171.043,50**	**9.293.058,80**	**2.122.015,30**	
A4.1. Correntes	7.209.660,27	6.705.500,16	6.705.500,16	**0,00**		9.040.277,96	9.948.377,98	**908.100,02**		5.991.046,78	7.392.096,98	**1.401.050,20**	
… das quais													
A4.1.1. Juros	**149.157,62**	**258.789,41**	**258.789,41**	**0,00**		**374.743,70**	**451.195,97**	**76.452,27**		**233.616,02**	**254.290,64**	**20.674,62**	
a. Resultantes do PAEL		0,00	0,00	**0,00**		39.241,01	22.067,92	**-17.173,09**		48.768,28	46.254,17	**-2.514,11**	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	83.247,84	63.242,27	63.242,27	**0,00**		184.926,50	129.851,20	**-55.075,30**		182.554,90	170.703,60	**-11.851,30**	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	65.909,78	195.547,14	195.547,14	**0,00**		150.576,19	299.276,85	**148.700,66**		2.292,84	37.332,87	**35.040,03**	
A4.1.2. Despesas com pessoal	4.302.641,78	3.177.864,40	3.177.864,40	**0,00**		3.054.329,65	3.196.013,94	**141.684,29**		3.006.182,95	3.129.185,83	**123.002,88**	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	4.204.499,76	2.681.157,87	2.681.157,87	**0,00**		3.695.508,26	3.443.534,17	**-251.974,09**		1.179.996,72	1.900.961,82	**720.965,10**	
A5. Saldo global	**-214.978,91**	**1.698.825,07**	**1.698.825,07**	**0,00**		**-2.101.790,06**	**-3.184.868,34**	**-1.083.078,28**		**1.676.119,01**	**1.692.569,04**	**16.450,03**	
A5.1. Saldo corrente	**-1.125.754,48**	**-12.957,03**	**-12.957,03**	**0,00**		**-2.326.741,98**	**-1.799.171,22**	**527.570,76**		**374.455,73**	**1.690.084,75**	**1.315.629,02**	
A5.2. Saldo de capital	**910.775,57**	**1.711.782,10**	**1.711.782,10**	**0,00**		**224.951,92**	**-1.385.697,12**	**-1.610.649,04**		**1.301.663,28**	**2.484,29**	**-1.299.178,99**	
A6. Saldo primário	**-65.821,29**	**1.957.614,48**	**1.957.614,48**	**0,00**		**-1.727.046,36**	**-2.733.672,37**	**-1.006.626,01**		**1.909.735,03**	**1.946.859,68**	**37.124,65**	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	**-16.982,96**	**-1.374.313,82**	**-1.374.313,82**	**0,00**		**3.255.492,17**	**3.336.314,38**	**80.822,21**		**-1.335.144,31**	**-1.130.337,96**	**204.806,35**	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	700.000,00	650.000,00	650.000,00	**0,00**		4.383.380,52	4.380.800,52	**-2.580,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	**716.982,96**	**2.024.313,82**	**2.024.313,82**	**0,00**		**1.127.888,35**	**1.044.486,14**	**-83.402,21**		**1.335.144,31**	**1.130.337,96**	**-204.806,35**	
a. Resultantes do PAEL		0,00	0,00	**0,00**		145.122,08	72.468,90	**-72.653,18**		145.122,08	144.937,80	**-184,28**	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	716.982,96	674.313,82	674.313,82	**0,00**		982.766,27	972.017,24	**-10.749,03**		1.190.022,23	985.400,16	**-204.622,07**	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	1.350.000,00	1.350.000,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A9. Receita total	**11.899.181,12**	**11.735.483,10**	**11.735.483,10**	**0,00**		**15.017.376,68**	**14.588.518,37**	**-428.858,31**		**8.847.162,51**	**10.985.627,84**	**2.138.465,33**	
A10. Despesa total	**12.131.142,99**	**11.410.971,85**	**11.410.971,85**	**0,00**		**13.863.674,57**	**14.436.398,29**	**572.723,72**		**8.506.187,81**	**10.423.396,76**	**1.917.208,95**	
A11. Saldo para a gerência seguinte	**239.680,51**	**564.191,76**	**564.191,76**	**0,00**		**1.717.893,87**	**716.311,84**	**-1.001.582,03**		**2.058.868,57**	**1.278.542,92**	**-780.325,65**	
A12. Serviço da dívida	**866.140,58**	**2.283.103,23**	**2.283.103,23**	**0,00**		**1.502.632,05**	**1.495.682,11**	**-6.949,94**		**1.568.760,33**	**1.384.628,60**	**-184.131,73**	
A13. Endividamento total	**13.082.856,91**	**11.087.103,07**	**11.216.214,04**	**129.110,97**		**9.902.324,10**	**9.304.161,79**	**-598.162,31**		**7.691.059,00**	**7.692.946,61**	**1.887,61**	
A13.1 Bancário	**6.101.205,77**	**4.726.891,95**	**4.726.891,95**	**0,00**		**7.982.384,12**	**8.063.206,33**	**80.822,21**		**6.647.241,00**	**6.932.868,37**	**285.627,37**	
A13.1.1 Médio e longo prazo	**5.401.205,77**	**4.726.891,95**	**4.726.891,95**	**0,00**		**7.982.384,12**	**8.063.206,33**	**80.822,21**		**6.647.241,00**	**6.932.868,37**	**285.627,37**	
a. Resultante do PAEL		0,00	0,00	**0,00**		1.741.464,97	1.811.722,43	**70.257,46**		1.596.343,00	1.666.784,63	**70.441,63**	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	5.401.205,77	4.726.891,95	4.726.891,95	**0,00**		6.240.919,15	6.251.483,90	**10.564,75**		5.050.898,00	5.266.083,74	**215.185,74**	
A13.1.2 Curto prazo	700.000,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A13.2 Fornecedores	6.232.798,91	5.559.795,93	5.688.906,90	**129.110,97**		1.377.522,75	702.448,76	**-675.073,99**		547.696,00	256.731,09	**-290.964,91**	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	748.852,23	800.415,19	800.415,19	**0,00**		542.417,23	538.506,70	**-3.910,53**		496.122,00	503.347,15	**7.225,15**	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	37	99	284	**184,54**		95	176	**81,28**		58	34	**-24,00**	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INH)

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município: Miranda do Douro *Data:* 31-12-2014

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacte financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, …)	Quantificação dos impatos da medida	Quantificação do impacte financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, …)	Quantificação dos impatos da medida	Quantificação do impacte financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, …)	Quantificação dos impatos da medida
			2012		2012				2013		2013				2014		2014			
			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita																				
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	400.326,84	157.717,18	**39%**	157.717,18	0,00	**Reunião Câmara 03/02/2012, publicado DR, II série de 07/03/2012**	**Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para 2012**	1.740,00	**0%**	626.480,44	68.436,42		**Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para 2012 e para 2013**	19.488,00	**5%**	602.670,77	23.398,75		**Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para os anos de 2012 a 2014**
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-01-2013	49.712,24	45.144,32	**91%**	45.144,32	0,00		**Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para 2012**	14.942,78	**30%**	85.613,72	-24.185,62	**Sessão de Assembleia Municipal de 05/11/2013, publicado no D.R., II Série de 31/12/2013**	**Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para 2012 e para 2013**	8.218,53	**17%**	81.595,40	-36.422,47	**Sessão de Assembleia Municipal de 05/11/2013, publicado no D.R., II Série de 31/12/2013**	**Ao valor apurado em 2011 adiciona-se o impacto previsto para os anos de 2012 a 2014.**
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita																				
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis																				
3.2 - Actualização das Rendas de Edifícios Municipais																				
… discriminar cada medida numa linha																				
Total Aumento de receita (B.1)		**450.039,08**	**202.861,50**	**45%**	**202.861,50**	**0,00**			**16.682,78**	**4%**	**712.094,16**	**44.250,80**			**27.706,53**	**6613%**	**684.266,17**	**-13.023,72**		
B.2 Redução da despesa																				
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01-01-2013	341.135,00	82.156,18	**24%**	**82.156,18**	0,00		**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012**	51.170,25	**15%**	-168.852,41	-220.022,66	**168.435,62 € justificados com contas a pagar incluídas nos empréstimos (PAEL+Saneamento)**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012 e 2013**	0,00	**0%**	-108.523,43	-108.523,43	**Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,79€) e de rendimentos de propriedade (510.853,34€)**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014**
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa		**8.882.610,27**	**2.245.295,82**	**25%**	**2.051.281,01**	**-194.014,81**			**1.811.174,68**	**20%**	**-3.731.418,51**	**-3.991.606,92**			**69.723,18**	**1%**	**-2.031.301,87**	**-2.101.025,05**		
5.1 Limitação do crescimento da rubrica "Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria"	01-01-2013	742.398,00	74.239,80	**10%**	-55.175,91	-129.415,71		**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012**	74.239,80	**10%**	-1.054.211,17	-1.128.450,97	**934.054,31 € justificados com contas a pagar incluídas nos empréstimos (PAEL+Saneamento)**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012 e 2013**	33.407,91	**5%**	-774.865,79	-808.273,70	**Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,79€) e de rendimentos de propriedade (510.853,34€)**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014**
5.2 Redução das transferências para Entidades Terceiras	01-01-2013	394.425,34	154.084,06	**39%**	45.407,30	-108.676,76		**No PAF esta medida impõe que as despesas com transferências para entidades terceiras se fixem em 50% do valor executado no ano de 2011.**	197.212,67	**50%**	-331.541,00	-331.541,00	**163.335,99€ justificados com contas a pagar incluídas nos empréstimos (PAEL+Saneamento)**	**No PAF esta medida impõe que as despesas com transferências para Entidades terceiras se fixem em 50% do valor executado no ano de 2011, não acumulando com a redução operado no ano de 2012.**	9.860,63	**2%**	-346.425,39	-356.286,02	**Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,79€) e de rendimentos de propriedade (510.853,34€)**	**No PAF esta medida impõe que as despesas com transferências para Entidades terceiras se fixem em 2013 em 50% do valor executado no ano de 2011, reduzindo-se para os anos subsequentes de acordo com o previsto no PAF.**
5.3 Redução do n.º de colaboradores (regra 2 por 1)	01-01-2013	3.208.013,44	418.435,42	**13%**	418.435,42	0,00		**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012**	146.525,40	**5%**	-208.812,74	-355.338,14	**Pese embora implementada de forma eficaz a medida preconizada, o desvio evidenciado resulta da restituição do subsídio de férias, não previsto no PAF, aumento das taxas contributivas da entidade patronal e de despesas com programas do IEFP, compensados pela comparticipação financeira desta entidade.**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012 e 2013**	12.210,45	**0%**	-242.728,27	-254.938,72	**Pese embora implementada de forma eficaz a medida preconizada, o desvio evidenciado resulta da restituição do subsídio de férias, não previsto no PAF, aumento das taxas contributivas da entidade patronal e de despesas com programas do IEFP, compensados pela comparticipação financeira desta entidade.**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014**
5.4 Redução do volume de horas extraordinárias e ajudas de custo	01-01-2013	75.594,73	15.933,27	**21%**	15.933,27	0,00		**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012**	11.339,21	**15%**	-13.244,47	-24.583,68		**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012 e 2013**	1.606,39	**2%**	-10.810,31	-12.416,70	**Parcialmente compensada com o aumento da receita, de Impostos Diretos (422,583,79€) e de rendimentos de propriedade (510.853,34€)**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto nas medidas para os anos de 2012 a 2014**
5.5 Limitação das despesas de investimento à receita de capital do FEF líquida da amortização de capital do empréstimo de Saneamento e PAEL	01-01-2013	4.181.338,76	1.554.519,27	**37%**	1.554.519,27	0,00		**No PAF esta medida traduz-se em limitar anualmente as despesas de investimento ao valor do FEF capital deduzido do montante das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo.**	1.353.773,60	**32%**	-2.004.021,99	-2.004.021,99	**1.336.386,95 € justificados com contas a pagar incluídas nos empréstimos (PAEL+Saneamento Financeiro). 1.132.149,85 € justificam-se com investimentos com comparticipação financeira previstos no PAEL (Quadro III). 127.749,82 € por pagamentos de processos de expropriação de terrenos decretados pelo Tribunal.**	**No PAF esta medida traduz-se em limitar anualmente as despesas de investimento ao valor do FEF capital deduzido do montante das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo. Para o ano de 2013 esse valor é de 1.353.773,60 €.**	0,00	**0%**	-484.139,11	-484.139,11	**Justifica-se com a Receita de capital a título de transferências para investimentos, não prevista em PAF**	**No PAF esta medida traduz-se em limitar anualmente as despesas de investimento ao valor do FEF capital deduzido do montante das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo. Para o ano de 2014 esse valor em PAF é de 1.353.773,60 €.**
5.6 Implementação do Plano de Eficiência Energética	01-01-2013	280.840,00	28.084,00	**10%**	72.161,66	44.077,66		**Ao valor apurado em 2011 reduz-se o impacto previsto na medida para 2012**	28.084,00	**10%**	-119.587,14	-147.671,14	**Parte justifica-se pela alteração da taxa do IVA da eletricidade de 6% para 23%, em vigor em 2011**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se em 2013 apenas o impacto previsto na medida para 2013, não acumulando com o impacto previsto para 2012**	12.637,80	**5%**	-172.333,00	-184.970,80	**Parte justifica-se pela alteração da taxa do IVA da eletricidade de 6% para 23%, em vigor em 2011, valores de referência para a elaboração do PAF**	**Ao valor apurado em 2011 reduz-se em 2013 apenas o impacto previsto na medida para 2013, não acumulando com o impacto previsto para 2012, reduzindo-se nos anos subsequentes de acordo com as medidas preconizadas no PAF**
… discriminar cada medida numa linha																				
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		**9.223.745,27**	**2.327.452,00**	**25%**	**2.133.437,19**	**-194.014,81**			**1.862.344,93**	**20%**	**-3.900.270,92**	**-4.211.629,58**			**69.723,18**	**1%**	**-2.139.825,30**	**-2.209.548,48**		
B.3 Outras medidas																				
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)																				
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacte financeiro para o município b)																				
8. Outras medidas b)																				
… discriminar cada medida numa linha																				
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)																				
Total impacte esperado (B.1+B.2+B.3)			**2.530.313,50**		**2.336.298,69**	**-194.014,81**			**1.879.027,71**		**-3.188.176,76**	**-4.167.378,78**			**97.429,71**		**-1.455.559,13**	**-2.222.572,20**		

b) Indicação do tipo de impacte que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrecentar as linhas necessárias.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município: *Miranda do Douro* *Data:* **31-12-2014**

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados					*Valores estimados PAF*				*Valores estimados PAF*			
	2011	2012 total				2013				2014			
Receitas correntes	**6.083.905,79**	**6.692.543,13**	**6.692.543,13**	**0,00**		**6.713.535,98**	**8.149.206,76**	**-1.435.670,78**		**6.365.502,51**	**9.082.181,73**	**-2.716.679,22**	
Impostos directos	**479.908,39**	**754.996,44**	**754.996,44**	**0,00**		**754.996,44**	**910.781,65**	**-155.785,21**		**754.996,44**	**1.177.580,23**	**-422.583,79**	
IMI	274.981,81	374.871,03	**374.871,03**	**0,00**		374.871,03	578.404,05	**-203.533,02**	Parte do aumento justificado com a avalição extraordinária de imóveis não previsto no PAF	374.871,03	660.506,73	**-285.635,70**	Parte do aumento justificado com a avalição extraordinária de imóveis não previsto no PAF
IMT	100.808,58	87.178,07	**87.178,07**	**0,00**		87.178,07	95.647,57	**-8.469,50**		87.178,07	76.814,01	**10.364,06**	
Derrama	0,00	168.962,99	**168.962,99**	**0,00**		168.962,99	78.256,21	**90.706,78**	Pese embora não ter havido alteração das taxas da derrama previstas no PAF a mátéria coletável reduziu-se.	168.962,99	173.424,13	**-4.461,14**	Pese embora não ter havido alteração das taxas da derrama previstas no PAF a mátéria coletável reduziu-se.
Outros	104.118,00	123.984,35	**123.984,35**	**0,00**		123.984,35	158.473,82	**-34.489,47**		123.984,35	266.835,36	**-142.851,01**	
Impostos indirectos	3.394,92	16.678,48	**16.678,48**	**0,00**		17.483,30	22.479,89	**-4.996,59**		17.925,95	22.779,09	**-4.853,14**	
Taxas, multas e outras penalidades	**50.590,67**	**82.747,49**	**82.747,49**	**0,00**		**96.885,45**	**63.133,83**	**33.751,62**	Pese embora a revisão das taxas, verificou-se uma diminuição da atividade em termos gerais no concelho, eventualmente fruto da crise económica.	**104.661,33**	**59.730,02**	**44.931,31**	Pese embora a revisão das taxas, verificou-se uma diminuição da atividade em termos gerais no concelho, eventualmente fruto da crise económica.
Taxas	46.317,32	78.178,08	**78.178,08**	**0,00**		92.316,04	61.111,48	**31.204,56**		100.091,92	58.816,31	**41.275,61**	
Multas	4.273,35	4.569,41	**4.569,41**	**0,00**		4.569,41	2.022,35	**2.547,06**		4.569,41	913,71	**3.655,70**	
Rendimentos da propriedade	535.293,03	942.951,89	**942.951,89**	**0,00**		942.951,89	952.970,45	**-10.018,56**		568.951,89	1.079.805,23	**-510.853,34**	
Transferências correntes	4.575.472,33	4.302.515,27	**4.302.515,27**	**0,00**		4.302.515,27	5.539.396,81	**-1.236.881,54**	1.240.831,00€ justificados com a repartição do FEF que passou de 60-40, para 80-20 de 2012 para 2013	4.302.515,27	6.115.622,49	**-1.813.107,22**	Justifica-se com a alteração das taxas de repartição do FEF que vigoravam em 2012 de 60/40 para 80/20 em 213 e seguintes
Venda de bens e serviços correntes	**400.326,84**	**558.044,02**	**558.044,02**	**0,00**		**559.784,02**	**626.480,44**	**-66.696,42**		**577.532,02**	**602.670,77**	**-25.138,75**	
Venda de bens	197.456,24	224.114,51	**224.114,51**	**0,00**		225.407,66	217.617,17	**7.790,49**		238.597,77	199.657,21	**38.940,56**	
Serviços	202.870,60	333.929,51	**333.929,51**	**0,00**		334.376,36	408.863,27	**-74.486,91**		338.934,25	403.013,56	**-64.079,31**	
Rendas	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Outras receitas correntes	38.919,61	34.609,54	**34.609,54**	**0,00**		38.919,61	33.963,69	**4.955,92**		38.919,61	23.993,90	**14.925,71**	
Receitas de capital	**5.815.275,33**	**5.042.939,97**	**5.042.939,97**	**0,00**		**8.303.840,70**	**6.438.637,57**	**1.865.203,13**		**2.481.660,00**	**1.903.446,11**	**578.213,89**	
Venda de bens de investimento	**23.460,00**	**20.250,00**	**20.250,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**	
Terrenos	0,00	0,00		**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Habitações	23.460,00	20.250,00	**20.250,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Edifícios	0,00	0,00		**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Outros bens de investimento	0,00	0,00		**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Transferências de capital	5.091.815,33	4.372.189,97	**4.372.189,97**	**0,00**		3.920.460,18	**1.997.290,09**	**1.923.170,09**	Para além da linha seguinte, deve-se ao atraso na execução de obras com cofinanciamento (EDP)	2.481.660,00	**1.900.463,11**	**581.196,89**	Justifica-se com a alteração das taxas de repartição do FEF que vigoravam em 2012 de 60/40 para 80/20 em 213 e seguintes
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.621.498,00	2.481.662,00	**2.481.662,00**	**0,00**		2.481.662,00	**1.240.831,00**	**1.240.831,00**	1.240.831,00€ justificados com a repartição do FEF que passou de 60-40, para 80-20 de 2012 para 2013	2.481.660,00	**602.901,00**	**1.878.759,00**	Justifica-se com a alteração das taxas de repartição do FEF que vigoravam em 2012 de 60/40 para 80/20 em 213 e seguintes
Ativos financeiros	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Passivos financeiros	700.000,00	650.000,00	**650.000,00**	**0,00**		4.383.380,52	4.380.800,52	**2.580,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Outras receitas de capital	0,00	500,00	**500,00**	**0,00**		0,00	60.546,96	**-60.546,96**		0,00	2.983,00	**-2.983,00**	
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00	674,04	**-674,04**		0,00	0,00	**0,00**	
Total receita	**11.899.181,12**	**11.735.483,10**	**11.735.483,10**	**0,00**		**15.017.376,68**	**14.588.518,37**	**428.858,31**	Fica grandemente justificado com a nota tida para as transferências de capital	**8.847.162,51**	**10.985.627,84**	**-2.138.465,33**	
Receitas correntes	**6.083.905,79**	**6.692.543,13**	**6.692.543,13**	**0,00**		**6.713.535,98**	**8.149.206,76**	**-1.435.670,78**		**6.365.502,51**	**9.082.181,73**	**-2.716.679,22**	
Receitas de capital	**5.815.275,33**	**5.042.939,97**	**5.042.939,97**	**0,00**		**8.303.840,70**	**6.438.637,57**	**1.865.203,13**		**2.481.660,00**	**1.903.446,11**	**578.213,89**	
Despesas correntes	**7.209.660,27**	**6.705.500,16**	**6.705.500,16**	**0,00**		**9.040.277,96**	**9.948.377,98**	**-908.100,02**		**5.991.046,78**	**7.392.096,98**	**-1.401.050,20**	
Despesas com o pessoal	**4.302.641,78**	**3.177.864,40**	**3.177.864,40**	**0,00**		**3.054.329,65**	**3.196.013,94**	**-141.684,29**	Na essência justifica-se com a reposição do subsídio de férias não previsto no PAF.	**3.006.182,95**	**3.129.185,83**	**-123.002,88**	Na essência justifica-se com a reposição do subsídio de férias não previsto no PAF.
Remunerações certas e permanentes	2.781.050,21	2.412.053,28	**2.412.053,28**	**0,00**		2.294.832,96	2.403.775,05	**-108.942,09**		2.285.064,60	2.386.750,36	**-101.685,76**	
Abonos variáveis ou eventuais	196.983,87	79.000,12	**79.000,12**	**0,00**		67.660,91	130.346,90	**-62.685,99**		66.054,52	78.161,36	**-12.106,84**	
Segurança social	1.324.607,70	686.811,00	**686.811,00**	**0,00**		691.835,78	661.891,99	**29.943,79**		655.063,83	664.274,11	**-9.210,28**	

Aquisição de bens e serviços	**2.315.650,16**	**2.807.309,11**	**2.807.309,11**	**0,00**		**5.202.747,58**	**5.766.342,71**	**-563.595,13**		**2.516.110,40**	**3.429.586,79**	**-913.476,39**	
Aquisição de bens	798.406,81	786.382,36	**786.382,36**	**0,00**		1.446.956,39	1.085.950,49	**361.005,90**		747.236,56	589.157,36	**158.079,20**	
Aquisição de serviços	1.517.243,35	2.020.926,75	**2.020.926,75**	**0,00**		3.755.791,19	4.680.392,22	**-924.601,03**		1.768.873,84	2.840.429,43	**-1.071.555,59**	
Juros e outros encargos	**149.157,62**	**258.789,41**	**258.789,41**	**0,00**		**374.743,70**	**451.195,97**	**-76.452,27**		**233.616,02**	**254.290,64**	**-20.674,62**	
Resultantes do PAEL			**0,00**	**0,00**		39.241,01	22.067,92	**17.173,09**		48.768,28	46.254,17	**2.514,11**	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	83.247,84	63.242,27	**63.242,27**	**0,00**		184.926,50	129.851,20	**55.075,30**		182.554,90	170.703,60	**11.851,30**	
Resultantes de endividamento de curto prazo	65.909,78	195.547,14	**195.547,14**	**0,00**		150.576,19	299.276,85	**-148.700,66**	Pagamento de juros a fornecedores motivado pelo atraso na aprovação e execução do PAEL.	2.292,84	37.332,87	**-35.040,03**	
Transferências correntes	**371.264,34**	**294.679,66**	**294.679,66**	**0,00**		**337.387,66**	**443.015,49**	**-105.627,83**		**164.191,03**	**451.457,01**	**-287.265,98**	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Freguesias	20.243,01	0,00	**3.156,34**	**-3.156,34**		20.243,01	9.559,36	**10.683,65**		20.243,01	8.996,08	**11.246,93**	
Associações de municípios	53.273,66	48.941,96	**45.785,62**	**3.156,34**		102.960,15	99.947,68	**3.012,47**		33.552,39	107.788,01	**-74.235,62**	
Instituições sem fins lucrativos	288.532,05	245.737,70	**245.737,70**	**0,00**		179.971,55	290.121,28	**-110.149,73**		101.180,01	313.169,50	**-211.989,49**	
Famílias	0,00	0,00		**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Outras	9.215,62	0,00		**0,00**		34.212,95	43.387,17	**-9.174,22**		9.215,62	21.503,42	**-12.287,80**	
Subsídios	**27.800,00**	**92.114,44**	**92.114,44**	**0,00**		**27.800,00**	**15.203,93**	**12.596,07**		**27.800,00**	**82.320,42**	**-54.520,42**	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	17.500,00	82.164,44	**82.164,44**	**0,00**		17.500,00	6.573,93	**10.926,07**		17.500,00	74.340,42	**-56.840,42**	
Famílias	10.300,00	9.950,00	**9.950,00**	**0,00**		10.300,00	8.630,00	**1.670,00**		10.300,00	7.980,00	**2.320,00**	
Outros	0,00	0,00		**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Outras despesas correntes	43.146,37	74.743,14	**74.743,14**	**0,00**		43.269,37	76.605,94	**-33.336,57**		43.146,38	45.256,29	**-2.109,91**	
Despesas de capital	**4.921.482,72**	**4.705.471,69**	**4.705.471,69**	**0,00**		**4.823.396,61**	**4.488.020,31**	**335.376,30**		**2.515.141,03**	**3.031.299,78**	**-516.158,75**	
Aquisição de bens de capital	**4.181.338,76**	**2.626.819,49**	**2.626.819,49**	**0,00**		**3.599.092,77**	**3.357.795,99**	**241.296,78**		**1.146.517,69**	**1.837.913,11**	**-691.395,42**	
Investimentos	**1.063.796,97**	**565.464,20**	**565.464,20**	**0,00**		**530.772,86**	**709.248,02**	**-178.475,16**		**277.908,77**	**1.135.116,92**	**-857.208,15**	
Terrenos	0,00	1.875,00	**1.875,00**	**0,00**		0,00	128.249,82	**-128.249,82**	Pagamento de expropriações não previstas no PAF	0,00	6.718,40	**-6.718,40**	
Habitações	0,00	5.625,00	**5.625,00**	**0,00**		28.571,44	28.571,44	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Edifícios	56.203,27	373.369,45	**373.369,45**	**0,00**		106.571,80	112.554,44	**-5.982,64**		14.682,67	144.855,59	**-130.172,92**	
Construções diversas	845.611,40	4.500,00	**4.500,00**	**0,00**		90.057,32	85.444,82	**4.612,50**		220.909,47	899.325,02	**-678.415,55**	
Outros	161.982,30	180.094,75	**180.094,75**	**0,00**		305.572,30	354.427,50	**-48.855,20**		42.316,63	84.217,91	**-41.901,28**	
Locação financeira	0,00	76.287,71	**76.287,71**	**0,00**		80.363,23	80.365,35	**-2,12**		54.175,13	53.986,53	**188,60**	
Bens de domínio público	3.117.541,79	1.985.067,58	**1.985.067,58**	**0,00**		2.987.956,68	2.568.182,62	**419.774,06**	Justifica-se com atrasos na execução de obras co-financiadas (EDP)	814.433,79	648.809,66	**165.624,13**	
Transferências de capital	**23.161,00**	**54.338,38**	**54.338,38**	**0,00**		**96.415,49**	**85.738,18**	**10.677,31**		**33.479,03**	**63.048,71**	**-29.569,68**	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	23.048,71	**-23.048,71**	
Freguesias	10.000,00	41.195,34	**41.195,34**	**0,00**		38.710,00	61.341,12	**-22.631,12**		10.000,00	40.000,00	**-30.000,00**	
Associações de municípios	13.161,00	0,00	**0,00**	**0,00**		22.990,40	0,00	**22.990,40**		13.161,00	0,00	**13.161,00**	
Instituições sem fins lucrativos	0,00	5.000,00	**5.000,00**	**0,00**		17.318,03	7.000,00	**10.318,03**		10.318,03	0,00	**10.318,03**	
Famílias	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Outras	0,00	8.143,04	**8.143,04**	**0,00**		17.397,06	17.397,06	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Activos financeiros	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00		**0,00**		0,00		**0,00**	
Passivos financeiros	**716.982,96**	**2.024.313,82**	**2.024.313,82**	**0,00**		**1.127.888,35**	**1.044.486,14**	**83.402,21**	Deslizamento temporal face ao previsto do mapa do serviço da dívida PAEL + Saneamento, atedndo à data da obtenção do visto do Tribunal de Contas	**1.335.144,31**	**1.130.337,96**	**204.806,35**	Deslizamento temporal face ao previsto do mapa do serviço da dívida PAEL + Saneamento, atedndo à data da obtenção do visto do Tribunal de Contas
Resultantes do PAEL			**0,00**	**0,00**		145.122,08	72.468,90	**72.653,18**		145.122,08	144.937,80	**184,28**	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	716.982,96	674.313,82	**674.313,82**	**0,00**		982.766,27	972.017,24	**10.749,03**		1.190.022,23	985.400,16	**204.622,07**	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	1.350.000,00	**1.350.000,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
Total despesa	**12.131.142,99**	**11.410.971,85**	**11.410.971,85**	**0,00**		**13.863.674,57**	**14.436.398,29**	**-572.723,72**		**8.506.187,81**	**10.423.396,76**	**-1.917.208,95**	
Despesa corrente	**7.209.660,27**	**6.705.500,16**	**6.705.500,16**	**0,00**		**9.040.277,96**	**9.948.377,98**	**-908.100,02**		**5.991.046,78**	**7.392.096,98**	**-1.401.050,20**	
Despesa de capital	**4.921.482,72**	**4.705.471,69**	**4.705.471,69**	**0,00**		**4.823.396,61**	**4.488.020,31**	**335.376,30**		**2.515.141,03**	**3.031.299,78**	**-516.158,75**	
Saldo (Receita - Despesa)	**-231.961,87**	**324.511,25**	**324.511,25**	**0,00**		**1.153.702,11**	**152.120,08**	**1.001.582,03**		**340.974,70**	**562.231,08**	**-221.256,38**	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

Município:

31-12-2014

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO

Descrição	Valores candidatura 2013	Valores Executados 2013	Desvio	Oservação / Justificação	Valores candidatura 2014	Valores Executados 2014	Desvio	Oservação / Justificação	(...)
Dívida de Curto prazo	**3.255.084**	**2.217.226**	**-1.037.858**		**2.046.020**	**1.793.164**	**-252.856**		
Empréstimos de CP	0	0	0		0	0	0		
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	1.335.144	976.271	-358.874		1.002.202	1.001.034	-1.168		
Outra	**1.919.940**	**1.240.955**	**-678.985**		**1.043.818**	**792.130**	**-251.688**		
Fornecedores c/c	1.077.598	634.267	-443.331		452.153	288.783	-163.370		
Fornecedores de imobilizado c/c	299.924	68.182	-231.743		95.543	0	-95.543		
Estado e Outros Entes Públicos	95.900	40.875	-55.025		92.673	38.083	-54.590		
Clientes, contribuintes e utentes	0		0		0	53.256	53.256		
Administração autárquica	0	69.146	69.146		0	0	0		
Outros credores	446.517	428.486	-18.031		403.449	412.008	8.559		
Subtotal Curto prazo	***3.255.084***	***2.217.226***	***-1.037.858***		***2.046.020***	***1.793.164***	***-252.856***		
Dívida de Médio e longo prazo	**6.647.240**	**7.086.936**	**439.696**		**5.645.039**	**5.931.834**	**286.795**		
Empréstimos	6.647.240	7.086.936	439.696		5.645.039	5.931.834	286.795		
No âmbito do PAEL	1.741.465	1.811.722	70.257	Deslizamento do mapa de serviço da dívida atendendo à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)	1.596.343	1.666.785	70.442	Deslizamento do mapa de serviço da dívida atendendo à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	4.905.775	5.275.213	369.438	Deslizamento do mapa de serviço da dívida atendendo à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)	4.048.696	4.265.049	216.353	Deslizamento do mapa de serviço da dívida atendendo à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)	
Outra	0	0	0			0	0		
Fornecedores c/c			0				0		
Fornecedores de imobilizado c/c			0				0		
Estado e Outros Entes Públicos			0				0		
Clientes, contribuintes e utentes			0				0		
Administração autárquica			0				0		
Outros credores			0				0		
Subtotal Médio e longo prazo	***6.647.240***	***7.086.936***	***439.696***		***5.645.039***	***5.931.834***	***286.795***		
Total da dívida	**9.902.324**	**9.304.162**	**-598.162**		**7.691.059**	**7.724.998**	**33.939**		
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	***484.764***	***469.361***	***-15.404***		***441.533***	***503.347***	***61.814***		
Total da dívida de natureza orçamental	**9.417.560**	**8.834.801**	**-582.759**		**7.249.526**	**7.221.651**	**-27.875**		

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

Descrição	Valores candidatura 2013		2013 Valores Executados		Desvio			Valores candidatura 2014		2014 Valores Executados		Desvio			(...)	
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros		Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros		Amortizações	Juros
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP					0	0						0	0			
No âmbito do PAEL	145.122	39.241	72.469	22.068	**-72.653**	**-17.173**		145.122	48.768	144.938	46.254	**-184**	**-2.514**			
Outros empréstimos de médio/longo prazo	982.766	184.927	972.017	129.851	**-10.749**	**-55.075**		1.190.022	182.555	985.400	200.704	**-204.622**	**18.149**			
Total	**1.127.888**	**224.168**	**1.044.486**	**151.919**	**-83.402**	**-72.248**		**1.335.144**	**231.323**	**1.130.338**	**246.958**	**-204.806**	**15.635**			**0**

MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------- CERTIDÃO ----------

--------- Avelina Maria Barril Vieira, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Miranda do Douro, designada para secretariar as sessões da Assembleia Municipal:----------

--------- Certifica para os devidos efeitos que na sessão ordinária realizada pela Assembleia Municipal de Miranda do Douro no dia trinta de abril de dois mil e quinze, foi aprovado por maioria, com cinco votos contra nomeadamente dos membros, André Pires, António Carção, Ivete Martins, Alberto Martins, Mário Torrão e duas abstenções dos membros Hermínia Fernandes e Gonçalo Peres Santos - **Plano de Saneamento Financeiro do Programa de Apoio à Economia Local.** ----------

--------- Certifica ainda que se verificou a ausência dos membros Maria Virgínia Lopes Preto e Sérgio Filipe Miranda João;----------

--------- Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Carlos do Nascimento Ferreira, Ivete Maria Martins, Antero Correia Besteiros, Alberto Afonso Martins, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Jacinto dos Santos Afonso, Hermínia Delgado Fernandes, Ivo Manuel Raposo Mendes, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Valdemar da Assunção Gonçalves, André Filipe João Pires, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Rogério Pires Claro em substituição de Manuel Guerra Gonçalves, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas Vaqueiro, José Luís Almendra, Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos Santos Martins.----------

--------- Por ser verdade e me ter sido solicitado, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.----------

Paços do Concelho de Miranda do Douro, 4 de maio de 2015

A Assistente Técnica

MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------- CERTIDÃO ----------

--------- Avelina Maria Barril Vieira, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Miranda do Douro, designada para secretariar as sessões da Assembleia Municipal:----------

--------- Certifica para os devidos efeitos que na sessão ordinária realizada pela Assembleia Municipal de Miranda do Douro no dia trinta de abril de dois mil e quinze, foi aprovado por maioria, com cinco votos contra nomeadamente dos membros, André Pires, António Carção, Ivete Martins, Alberto Martins, Mário Torrão e duas abstenções dos membros Hermínia Fernandes e Gonçalo Peres Santos - **Plano de Saneamento Financeiro do Programa de Apoio à Economia Local.** ----------

--------- Certifica ainda que se verificou a ausência dos membros Maria Virgínia Lopes Preto e Sérgio Filipe Miranda João;----------

--------- Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Carlos do Nascimento Ferreira, Ivete Maria Martins, Antero Correia Besteiros, Alberto Afonso Martins, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Jacinto dos Santos Afonso, Hermínia Delgado Fernandes, Ivo Manuel Raposo Mendes, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Valdemar da Assunção Gonçalves, André Filipe João Pires, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Rogério Pires Claro em substituição de Manuel Guerra Gonçalves, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas Vaqueiro, José Luís Almendra, Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos Santos Martins.----------

--------- Por ser verdade e me ter sido solicitado, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.----------

Paços do Concelho de Miranda do Douro, 4 de maio de 2015

A Assistente Técnica